



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

002320/2026

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 23baec5b-25c9-48a6-88f0-91dc2a38997c

| | |
|-----------------------------|-------------------------------------------|
| AUTUADO EM | Terça-feira, 20 de Janeiro de 2026 |
| LOCAL DA AUTUAÇÃO | PROTOCOLO GERAL |
| AUTUADO POR | MONIQUE BORGES DE AZEVEDO |
| INTERESSADO (S) | |
| AUTO POSTO RM 3 LTDA | |

RESUMO

*IMPUGNAÇÃO AO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - D.E Nº 5/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47.684/2025 EMPRESA
IMPUGNANTE: AUTO POSTO RM 3 LTDA CNPJ: 04.859.698/0001-56*

DATA:20/01/2026

AO ILMO. SR. PREGOEIRO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 5/2026

Processo Administrativo nº 47.684/2025

AUTO POSTO RM 3 LTDA, estabelecida na AV GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA , CEP 28.635-000, inscrita no C.N.P./MF sob o ne. 04.859.698/0001-56,, por seu representante legal abaixo assinado, vem, com fulcro no item 4.2 do Edital, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

nos termos que se seguem:

INTRODUÇÃO

Trata-se de Dispensa de Licitação tendo como objeto do presente procedimento é Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), cessão de 2 (dois) tanques “aéreos”, um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias.

O Edital, no entanto, contém vícios que ferem dispositivos da Lei nº 14.133/2021, em especial seu art. 5º e art. 37, XXI, da Constituição Federal, vez que viola os princípios da ampla concorrência ao não conceder todas as informações necessárias para a devida participação das empresas interessadas.

Assim, é a presente Impugnação para requerer a suspensão imediata do certame até o julgamento de mérito com os ajustes necessários ao Edital, preservando a legalidade dos atos a serem praticados pela Administração.

Ilegalidades do Edital

Restrição indevida à ampla concorrência – exclusão de postos de combustíveis

O objeto principal do Edital é o fornecimento de combustível – gasolina comum e óleo diesel – para abastecimento da frota oficial do Município.

No entanto, o Edital prevê que o ponto de abastecimento, onde a EMPRESA deverá realizar a instalação de: 2 (dois) tanques aéreos de 15.000 (quinze mil) litros CADA, 2 (duas) bombas digitais com 2 (dois) bicos cada, 1 (um) filtro de linha, 1 (um) filtro de Diesel, 2 (duas) sondas de nível para os tanques para aferição em tempo real, via smartphone ou p.c. desktop do nível atual de combustível e controle de descarregamento da entrega. Estes equipamentos serão disponibilizados em REGIME DE COMODATO e os gastos com transporte e instalação ocorrerão às expensas da contratada. Deverão também ser instaladas bombas reservas do mesmo tipo/modelo, em conformidade com o item. O prazo máximo para a finalização das instalações de equipamentos não excederá o limite máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Tal modelo de fornecimento do objeto, no entanto, impõe uma logística que, além de encarecer o preço final do objeto, conforme se demonstrará a seguir, inviabiliza a participação de postos de combustíveis, restringindo o certame à grandes distribuidoras de combustíveis.

O primeiro problema logístico que se impõe é a adequação do local à instalação de bombas e tanques, com a necessidade da contratada em realizar obras e fornecer os itens previstos Termo de Referência.

E a instalação de tais equipamentos só podem ser feita após o devido licenciamento ambiental a autorização dos órgãos competentes. Mais uma demanda cujos valores e prazos não estão previstos em Edital.

A mobilização, e posterior desmobilização dos equipamentos cedidos também não estão previstas no valor contratual.

Ainda se verifica a ausência de previsão de mão de obra par a operação do ponto de abastecimento, em especial frentistas, sem os quais não é possível efetivamente abastecer os veículos oficiais.

Conclui-se, portanto, que, caso seja mantida o modelo de prestação do objeto – com a cessão em comodato de bombas e tanques – é necessário haver mudança na planilha orçamentária, para incluir os custos de obras, mobilização/desmobilização, instalações e mão de obra. Inclusão que alterará o modelo de julgamento das propostas.

Usualmente, o fornecimento de combustíveis para frotas oficiais é realizado diretamente em posto de gasolina. o que usualmente fornecem combustíveis diretamente em suas instalações. Tal modelo faz superar todos os entraves acima relatados.

Como os postos já constam com a instalação adequada, licenciamento necessário e mão de obra treinada, os custos para operação não são repassados à Administração, que paga somente pelo combustível utilizado.

Para que não haja gastos desnecessários com o deslocamento excessivo dos veículos, não é incomum a estipulação de um raio máximo de distância entre a sede administrativa e o Posto vencedor. Distância essa que deve

tanto permitir uma ampla concorrência quanto minimizar os gastos com o deslocamento dos veículos.

Por fim, cumpre destacar que a média de preços divulgada pela ANP, utilizada como base no edital, refere-se aos valores praticados no varejo, isto é, pelos postos de combustíveis. No entanto, o edital está estruturado de forma que favorece distribuidoras de combustíveis, que operam no atacado, estabelecendo um descompasso entre a base de referência e a realidade de mercado dos participantes. Esse desencontro compromete a competitividade e prejudica diretamente postos de combustíveis, que não conseguem operar com margens de desconto realistas sobre preços que já representam sua venda ao consumidor final

Conclui-se: o modelo de fornecimento do objeto da ação (i) restringe indevidamente a concorrência, pois a limita à grandes distribuidoras de combustíveis e; (ii) gera custos que além de não estarem previstos no edital, encarecem o objeto.

Portanto, deve o edital ser alterado para permitir não só o fornecimento através da cessão de equipamento como diretamente nos postos de gasolina já bem instalados.

Conclusão e Pedidos

Diante do exposto é a presente Impugnação para requerer:

- a. A suspensão imediata do certame até o julgamento da presente Impugnação;
- b. A procedência da Impugnação com a devida retificação do presente Edital para permitir a maior competitividade;

c. Na remota hipótese de indeferimento desta Impugnação, a remessa da presente à autoridade superior.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2026

AUTO POSTO RM 3

LTDA:04859698000156

Assinado de forma digital por AUTO
POSTO RM 3 LTDA:04859698000156

Dados: 2026.01.19 17:47:47 -03'00'

AUTO POSTO RM 3 LTDA



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



**SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO**



Comissão Permanente de Contratação

À Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos

Processo Administrativo nº 47.684/2025, referente ao Aviso de Dispensa Eletrônica nº 5/2026, que tem por objeto a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **AUTO POSTO RM 3 LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 04.859.698/0001-56**, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, **TEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital da **Dispensa Eletrônica nº 5/2026**.

I. DO RELATÓRIO

Em síntese, alega a impugnante que a empresa **AUTO POSTO RM 3 LTDA** apresentou impugnação ao edital da Dispensa de Licitação cujo objeto é a aquisição de gasolina comum e óleo diesel S-10, sustentando que o modelo de contratação teria violado os princípios da ampla concorrência e da legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

Segundo a impugnante, o edital imporia à futura contratada a instalação, em regime de comodato, de tanques aéreos, bombas digitais e sistema eletrônico de monitoramento no local indicado pelo Município, o que encareceria o objeto e geraria exigências não devidamente previstas no instrumento convocatório, como obras, licenças ambientais, mobilização e desmobilização de equipamentos, além de mão de obra para operação do ponto de abastecimento. Para a empresa, tais exigências



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Contratação
inviabilizariam a participação de postos de combustíveis e restringiriam o certame às grandes distribuidoras.

Afirma, também, que o modelo usual de abastecimento de frotas públicas ocorre diretamente em postos de gasolina já licenciados e estruturados, o que reduziria custos e ampliaria a competitividade, podendo-se estabelecer um raio máximo de distância entre o posto vencedor e a sede administrativa para evitar gastos excessivos com deslocamento.

Sustenta, ainda, que a adoção da média de preços divulgada pela ANP — fundada em valores praticados no varejo — estaria vinculada a um modelo de contratação que, segundo a impugnante, tenderia a favorecer distribuidoras de combustíveis atuantes no mercado atacadista, configurando alegado descompasso entre a base referencial adotada e a realidade econômica dos postos revendedores, com potencial prejuízo à sua competitividade no certame.

Ao final, a empresa requereu a suspensão imediata do certame até o julgamento da impugnação, a procedência do pedido com alteração do edital para permitir também o fornecimento diretamente em postos de gasolina e, subsidiariamente, o encaminhamento do caso à autoridade superior em caso de indeferimento.

II. DA DILIGÊNCIA

Considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação do setor requisitante, a fim de subsidiar a decisão final desta Comissão.

Recomenda-se que o setor requisitante avalie:

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da dispensa;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Contratação

2. Eventuais ajustes no Aviso de Contratação Direta e seus anexos para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento da dispensa com as condições atuais.

Por fim, informamos que a realização da Dispensa Eletrônica em pauta está agendada para o **dia 22 de janeiro de 2026**, razão pela qual solicitamos urgência na análise e manifestação do setor técnico e posterior retorno do feito para o regular prosseguimento.

Nova Friburgo, 20 de janeiro de 2026.

Monique Borges de Azevedo
Agente de Contratação
Matrícula nº 115.269



SECRETARIA DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Nova Friburgo, 20 de janeiro de 2026.

Para: Procuradoria Geral
A/C: Ilm. Sr. Hudson – MD. Procurador Geral do Município

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Aviso de Contratação Direta nº 5/2026
Processo Administrativo nº 47.684/2025

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, trata-se de impugnação apresentada pela empresa **AUTO POSTO RM 3 LTDA**, na qual se sustenta que o Edital imporia restrições indevidas à competitividade ao exigir a cessão, em regime de comodato, de tanques e bombas de abastecimento, bem como a assunção de custos operacionais, ambientais e estruturais, alegando que o modelo favoreceria grandes distribuidoras em detrimento de postos revendedores.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a impugnação desconsidera o conteúdo expresso do Termo de Referência, que define de forma clara, precisa e justificada que o objeto da contratação compreende:

“Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S-10), **com cessão de 2 (dois) tanques aéreos e 2 (duas) bombas de abastecimento**, em regime de comodato, incluindo instalação, manutenção, sistema eletrônico de controle e demais estruturas exigidas pelas normas vigentes”

Anexo IV – TERMO DE REFERÊNCIA...

Portanto, não se trata de aquisição simples de combustível em posto varejista, mas de modelo integrado de fornecimento, adotado historicamente pelo Município, conforme expressamente registrado no Termo de Referência.





SECRETARIA DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Desta forma, a exigência de cessão de tanques e bombas em comodato, está diretamente vinculada ao objeto da contratação, encontra-se expressamente prevista no Termo de Referência e atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e controle, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Cabe informar, que a administração optou por modelo que permite o controle em tempo real do estoque e do consumo, redução de riscos de desabastecimento, atendimento contínuo à frota municipal, à usina de asfalto e eliminação de dependência logística de deslocamento externo.

Sendo assim, tal escolha insere-se no âmbito da discricionariedade administrativa, não cabendo ao particular impor modelo diverso apenas por conveniência econômica própria.

Desta forma, não procede à alegação de restrição à ampla concorrência, uma vez que as exigências são objetivas, aplicam-se igualmente a todos os interessados e guardam relação direta com a complexidade e a finalidade do objeto.

Importante informar, que a Lei nº 14.133/2021 não obriga a Administração a moldar o objeto à estrutura de mercado do licitante, mas sim a definir a solução mais adequada ao interesse público, desde que tecnicamente justificada, o que foi feito de forma detalhada no Termo de Referência. A eventual maior capacidade logística exigida não caracteriza ilegalidade, mas requisito técnico compatível com o fornecimento pretendido.

O Termo de Referência é expresso ao estabelecer que, todos os custos relativos a transporte, instalação, manutenção, segurança do trabalho são de responsabilidade exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração. Tais encargos devem integrar o risco do negócio, devendo ser embutidos na formulação da proposta, o que deve fazer parte da estratégia comercial do licitante.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: da5783db-22aa-4183-a547-d97c3fe3028f
Documento Digital Nº 010235/2026





SECRETARIA DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Não havendo exigência legal de detalhamento prévio de planilha de custos no edital, sobretudo porque o critério de julgamento é maior percentual de desconto sobre a média da ANP, cabendo ao licitante avaliar a viabilidade econômica de sua oferta.

Em relação à operação do abastecimento, constitui atividade acessória ao fornecimento do combustível. A administração não contrata mão de obra, mas sim o fornecimento, no que se refere à mão de obra para operação do abastecimento, esclarece-se que esta será realizada por servidores públicos efetivos, devidamente concursados e lotados na estrutura administrativa do Município, não integrando o escopo contratual da presente contratação.

A adoção da média de preços da ANP como base de referência, está expressamente prevista no Termo de Referência, constitui critério objetivo, público e amplamente utilizado, além de ser compatível com o critério de julgamento por maior percentual de desconto.

Desta forma, a alegação de descompasso entre varejo e atacado não procede, pois o modelo de disputa não fixa preço, mas percentual de desconto uniforme, aplicável a todos os participantes.

Diante do exposto, verifica-se que a cessão de tanques e bombas em comodato integra legitimamente ao objeto da contratação, o modelo adotado está amplamente fundamentado no Termo de Referência, não havendo violação aos princípios da legalidade, isonomia ou competitividade.

Claramente a impugnação baseia-se em discordância quanto ao modelo administrativo adotado, o que não enseja nulidade do edital.

Sendo assim, ante o exposto, decide-se por: Indeferir a impugnação apresentada pela empresa AUTO POSTO RM 3 LTDA, manter integralmente o Edital e o Termo de





SECRETARIA DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Referência, por estarem em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e determinar o regular prosseguimento do procedimento de contratação direta.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Matheus Mozer da Costa Bohrer
Subsecretário de Manutenção de Equipamentos
Matr.: 301.397





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



P R O C U R A D O R I A - G E R A L
D O M U N I C Í P I O



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 47.684/2025

ASSUNTO: Impugnação ao Aviso de Contratação Direta (Dispensa Eletrônica) N° 5/2026. Análise de suposta restrição à competitividade e legalidade do modelo de contratação integrada (fornecimento de combustível com cessão de tanques e bombas em comodato).

RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Processo Administrativo n° 47.684/2025, referente ao Aviso de Contratação Direta (Dispensa Eletrônica) n° 5/2026, cujo objeto é a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), com a cessão, em regime de comodato, de 2 (dois) tanques aéreos de 15.000 litros cada e 2 (duas) bombas digitais de abastecimento, além de sistema eletrônico de aferição e controle, para atender às necessidades das Secretarias, conforme detalhado no Termo de Referência.

A empresa AUTO POSTO RM 3 LTDA., inscrita no CNPJ n° 04.859.698/0001-56, tempestivamente apresentou Impugnação ao edital, com fundamento no art. 164 da Lei n° 14.133/2021. A impugnante sustenta que as exigências editalícias violam os princípios da ampla concorrência e da legalidade (art. 5º da Lei n° 14.133/2021 e art. 37, XXI, da Constituição Federal).

Segundo a impugnante, o modelo de contratação, ao exigir a instalação e cessão de equipamentos em comodato, bem como a assunção dos custos de obras, licenciamento ambiental, mobilização, desmobilização e mão de obra (frentistas), restringe indevidamente a participação de postos de combustíveis e favorece grandes distribuidoras.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



P R O C U R A D O R I A - G E R A L
D O M U N I C Í P I O



Argumenta ainda que a base de referência de preços (média ANP, que reflete o varejo) está em descompasso com o modelo de fornecimento que tende a favorecer o atacado (distribuidoras).

A Comissão Permanente de Contratação, por meio de encaminhamento datado de 20/01/2026, remeteu o processo ao setor requisitante (Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos) para manifestação técnica acerca da necessidade e proporcionalidade das exigências.

A Subsecretaria de Manutenção de Equipamentos respondeu à impugnação (em 20/01/2026) decidindo pelo seu indeferimento. O setor requisitante justificou que o objeto não é a simples aquisição de combustível, mas sim um modelo integrado de fornecimento (combustível mais cessão e instalação de equipamentos).

Tal modelo estaria expressamente previsto no Termo de Referência e é adotado por razões de eficiência, economicidade, controle em tempo real do estoque, redução de riscos de desabastecimento e eliminação de dependência logística de deslocamento externo.

A Subsecretaria afirma que a escolha se insere na discricionariedade administrativa, estando tecnicamente justificada. Refuta a alegação de restrição de concorrência, por considerar as exigências objetivas e aplicáveis a todos. Esclarece que os custos logísticos e estruturais devem ser embutidos na proposta, integrando o risco do negócio do licitante.

Informa, ainda, que a mão de obra para a operação do abastecimento será realizada por servidores públicos efetivos, e não pela contratada, desmistificando um dos pontos levantados pela impugnante.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



P R O C U R A D O R I A - G E R A L
D O M U N I C Í P I O



O presente Parecer tem por objetivo analisar a legalidade e o mérito da decisão de indeferimento, à luz da legislação e da doutrina administrativa, bem como fornecer orientações para o prosseguimento.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Do princípio da competitividade e a discricionariedade administrativa

A licitação, ou a contratação direta justificada como no caso, deve observar o princípio da competitividade, expresso no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Igualmente, a Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, estabelece que as exigências de qualificação técnica e econômica devem ser indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por outro lado, o Administrador Público possui a prerrogativa de definir o objeto contratual que melhor atenda ao interesse público, configurando o mérito administrativo. A Lei nº 14.133/2021 valoriza o planejamento e a motivação, impondo que a fase preparatória, que inclui o Termo de Referência, seja caracterizada pelo planejamento e aborde todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação (art. 18).

A doutrina é uníssona ao defender que a Administração deve definir o que quer contratar, e não o que o mercado está habituado a fornecer, desde que a escolha esteja solidamente amparada em justificativa técnica e não constitua restrição de cunho pessoal ou irrelevante ao objeto.

A Lei não obriga a Administração a moldar o objeto à estrutura de mercado do licitante, mas sim a escolher a solução mais adequada ao interesse público, desde que justificada.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



P R O C U R A D O R I A - G E R A L
D O M U N I C Í P I O



Da justificativa técnica para o modelo integrado

O cerne da impugnação reside na exigência de fornecimento do combustível em conjunto com a cessão de tanques, bombas e sistema de controle em comodato, caracterizando um modelo integrado.

A resposta do setor requisitante justificou o modelo com base em princípios da Lei nº 14.133/2021, como a eficiência e a economicidade. A instalação dos tanques e bombas no local indicado pelo Município, com sistema eletrônico de controle em tempo real, permite:

1. Maior controle e segurança com a aferição em tempo real do nível de combustível e controle de entrada/descarregamento, minimizando riscos de fraude e desvios.
2. A eficiência logística elimina o deslocamento da frota para postos externos, economizando tempo e recursos.
3. A continuidade do serviço reduz o risco de desabastecimento e garante o atendimento contínuo da frota e da usina de asfalto.

Essas justificativas (controle, segurança, eficiência, economicidade logística), explicitadas pelo setor técnico, demonstram a correlação lógica entre as exigências e o interesse público visado. O modelo de contratação não visa simplesmente adquirir gasolina e diesel, mas sim uma solução logística completa e controlada de abastecimento.

Das alegações de restrição indevida e custos ocultos

A alegação de restrição indevida se enfraquece diante da motivação administrativa. A exigência de maior capacidade logística para fornecer a solução completa (combustível mais equipamento) é um requisito técnico do modelo escolhido, não um requisito de qualificação imposto arbitrariamente.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



P R O C U R A D O R I A - G E R A L
D O M U N I C Í P I O



Se um licitante (seja posto de gasolina ou distribuidora) possui a capacidade e a estratégia comercial para fornecer o produto junto com a logística exigida, ele pode participar.

Quanto à alegação de custos (obras, licenciamento, mão de obra):

1. Dos custos estruturais e licenças: A Administração esclareceu que o Termo de Referência prevê que o transporte, a instalação, a manutenção e a segurança são responsabilidades exclusivas da contratada, devendo ser considerados no risco do negócio e embutidos na proposta. Não há, portanto, custos *ocultos*, mas sim custos inerentes ao objeto definido, de responsabilidade do futuro contratado.
2. Mão de obra (frentistas): O setor requisitante afirmou categoricamente que a operação de abastecimento será realizada por servidores públicos efetivos, e não pela contratada, afastando a necessidade de inclusão de mão de obra de frentistas nos custos da proposta. Este esclarecimento é crucial e anula o argumento da impugnante sobre esse ponto.

Desta forma, a afirmação feita pelo impugnante não merece prosperar.

Do critério de preço (ANP)

A impugnante alega descompasso entre a média de preços ANP (varejo) e o modelo de contratação que, supostamente, favoreceria distribuidoras (atacado). Contudo, o critério de julgamento é o maior percentual de desconto sobre a média da ANP.

O preço final não é fixo, mas sim variável conforme o desconto oferecido. A base da ANP é um índice público, objetivo e isonômico.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A - G E R A L
D O M U N I C Í P I O

Cabe ao licitante (seja ele posto revendedor ou distribuidora) calcular sua proposta de desconto, considerando todos os seus custos (incluindo o comodato, instalação e manutenção) para poder ofertar um percentual de desconto que ainda lhe garanta a viabilidade econômica do negócio. O modelo de desconto é uniforme e compatível com o critério de maior percentual de desconto.

DA CONCLUSÃO

As exigências contidas no Aviso de Contratação Direta (Dispensa Eletrônica) Nº 5/2026 e em seu Termo de Referência, questionadas pela empresa AUTO POSTO RM 3 LTDA., encontram-se amparadas pela Lei nº 14.133/2021.

A decisão de indeferir a Impugnação é juridicamente sólida, pois o modelo integrado de contratação (combustível + comodato de equipamentos e controle) está tecnicamente justificado em critérios de eficiência, controle e economicidade, o que afasta a alegação de restrição indevida à competitividade.

As exigências de qualificação e capacidade logística são proporcionais e pertinentes ao objeto licitado, sendo que os custos inerentes ao comodato e à instalação devem ser considerados pelo licitante em sua proposta de desconto, conforme esclarecido pelo setor técnico.

O argumento da necessidade de mão de obra de frentistas foi desfeito pela Administração, que informou que o abastecimento será feito por servidores públicos.

Assim, **o indeferimento da Impugnação deve ser mantido**, pois os argumentos técnicos e legais do setor requisitante são suficientes e bem-motivados para justificar a legalidade do Edital e do Termo de Referência.

Recomenda-se que a íntegra da manifestação da Subsecretaria de Manutenção de Equipamentos (resposta à Impugnação) seja anexada ao Aviso de Contratação Direta e

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A - G E R A L
D O M U N I C Í P I O

amplamente divulgada, em observância ao princípio da publicidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). Isso garante que todos os participantes em potencial tenham ciência detalhada da motivação para o modelo integrado e dos esclarecimentos sobre a mão de obra.

Por fim, **OPINO** pelo regular prosseguimento do Aviso de Contratação Direta Nº 5/2026, com a data de abertura agendada para 22/01/2026, uma vez que a impugnação foi julgada e o procedimento está apto a seguir.

É o Parecer, *smj*.

Nova Friburgo, 21 de janeiro de 2026.

Hudson Teixeira Thurler
Procurador-Geral do Município
Matrícula 63.915



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**



Comissão Permanente de Contratação
Decisão de Impugnação

Processo Administrativo nº 47.684/2025, referente ao Aviso de Dispensa Eletrônica nº 5/2026, que tem por objeto a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **AUTO POSTO RM 3 LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.859.698/0001-56, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, **TEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital da **Dispensa Eletrônica nº 5/2026**.

I. DO RELATÓRIO

Em síntese, alega a impugnante que a empresa AUTO POSTO RM 3 LTDA apresentou impugnação ao edital da Dispensa de Licitação cujo objeto é a aquisição de gasolina comum e óleo diesel S-10, sustentando que o modelo de contratação teria violado os princípios da ampla concorrência e da legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

Segundo a impugnante, o edital imporia à futura contratada a instalação, em regime de comodato, de tanques aéreos, bombas digitais e sistema eletrônico de monitoramento no local indicado pelo Município, o que encareceria o objeto e geraria exigências não devidamente previstas no instrumento convocatório, como obras, licenças ambientais, mobilização e desmobilização de equipamentos, além de mão de obra para operação do ponto de abastecimento. Para a empresa, tais exigências



SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Contratação
inviabilizariam a participação de postos de combustíveis e restringiriam o certame às grandes distribuidoras.

Afirma, também, que o modelo usual de abastecimento de frotas públicas ocorre diretamente em postos de gasolina já licenciados e estruturados, o que reduziria custos e ampliaria a competitividade, podendo-se estabelecer um raio máximo de distância entre o posto vencedor e a sede administrativa para evitar gastos excessivos com deslocamento.

Sustenta, ainda, que a adoção da média de preços divulgada pela ANP — fundada em valores praticados no varejo — estaria vinculada a um modelo de contratação que, segundo a impugnante, tenderia a favorecer distribuidoras de combustíveis atuantes no mercado atacadista, configurando alegado descompasso entre a base referencial adotada e a realidade econômica dos postos revendedores, com potencial prejuízo à sua competitividade no certame.

Ao final, a empresa requereu a suspensão imediata do certame até o julgamento da impugnação, a procedência do pedido com alteração do edital para permitir também o fornecimento diretamente em postos de gasolina e, subsidiariamente, o encaminhamento do caso à autoridade superior em caso de indeferimento.

II. DA DILIGÊNCIA

Considerando o teor da impugnação apresentada, encaminhou-se o processo à unidade requisitante, com vistas a subsidiar a análise e a decisão final desta Comissão de Contratação.

III. DA DECISÃO

Diante do exposto pela Secretaria requisitante, em sua resposta à impugnação anexada ao presente processo e pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Município, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021 e sem nada mais a evocar,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Contratação
CONHEÇO da Impugnação interposta ao processo referente ao Aviso de Contratação Direta nº 5/2026 e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.pmnf.rj.gov.br/licitacao/view/1415/dispensa-eletronica-52026> e seu extrato em <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 21 de janeiro de 2026.

Monique Borges de Azevedo
Agente de Contratação
Matrícula nº 115.269